

# ESPACIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 1986 A 2007: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NO PRÉ E PÓS CONQUISTA DA TERRA

Spatialization of created rural settlements in the state of Minas Gerais in the period between 1986 and 2007: perspectives and challenges in the periods before and after the taming of the land

Luciana Carvalho e Souza<sup>i</sup>  
Humberto Tomaz Gonzaga<sup>ii</sup>  
João Cleps Junior<sup>iii</sup>  
*Universidade Federal de Uberlândia*

## Resumo

Este texto busca realizar uma análise dos assentamentos rurais implantados em Minas Gerais, no período 1985-2007, a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra de Minas Gerais (DATALUTA). Através do projeto em questão, foram sistematizados dados dos assentamentos rurais criados em cada governo no período, desde Sarney (1986) até o primeiro ano do 2º mandato do governo Lula (2007). O projeto DATALUTA se constitui na tentativa de quantificar os dados básicos da questão agrária brasileira como ocupações de terra, assentamentos, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra e, posteriormente, difundir-los basicamente através de relatórios anuais, informes *online* e banco de dados. Como metodologia para registro dos assentamentos rurais e também do número de famílias assentadas, o projeto DATALUTA possui como fontes primárias o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terra (ANOTER). Após análise dos dados obtidos é realizado um confronto dos mesmos, de maneira a buscar abranger todos os assentamentos criados, além de verificar uma possível duplicação formando, assim, uma base mais completa. Através de um diagnóstico das políticas nacionais de reforma agrária, seus impactos na criação de assentamentos rurais no estado de Minas Gerais e sua espacialização no território mineiro são possíveis traçar perspectivas e desafios enfrentados pelos assentados no pós conquista da terra.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais; políticas públicas; DATALUTA; Minas Gerais

## Abstract

This text tries to perform an analysis of rural settlements implanted in Minas Gerais in the period 1985-2007 from the *Banco de Dados da Luta pela Terra* Minas Gerais (DATALUTA). This project systematize the rural settlements created in each government in the period since Sarney (1986) until the first year of Lula's second term (2007). The project DATALUTA constitutes in an attempt to quantify the basic data of the Brazilian agrarian question and land occupations, settlements, land structure and movements socioterritoriais involved in the struggle for land and then disseminate them primarily through annual reports, online news and database. As a methodology for registration of rural settlements and also the number of families settled, the project has as primary sources DATALUTA the *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA) and the *Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terra* (ANOTER). After data analysis is performed a confrontation of them in a way to seek all settlements established and to identify possible duplication thus forming a more complete basis. So through a diagnosis of national agrarian reform and its impact on the creation of rural settlements in the State of Minas Gerais and its spatialization within mineiro can establish perspectives and challenges faced by the settlers in the post conquest of land.

**Keywords:** rural settlements; public politic; DATALUTA; Minas Gerais

## INTRODUÇÃO

A partir da redemocratização do Estado brasileiro, atrelado a um processo relativamente longo de discussão sobre a questão agrária no Brasil, os diferentes governos, direta ou indiretamente, incluem nas suas políticas, medidas de caráter

compensatório. Tais medidas tiveram como principal objetivo a reestruturação da estrutura fundiária brasileira que vinha sendo questionada por meio das pressões sociais dos trabalhadores rurais e, principalmente, dos movimentos socioterritoriais.

Para melhor compreensão política da

questão da reforma agrária, é importante considerar a política neoliberal adotada no Brasil, entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, e como esta ainda interfere no modo de organização produtiva dos assentamentos rurais brasileiros.

Pode-se afirmar que as políticas públicas brasileiras, referentes à reforma agrária, possuem amplo alcance e um expressivo impacto tanto social quanto econômico que, com distintos níveis de articulação, possuem a habilidade de alavancar um novo padrão de desenvolvimento rural em todo território. Todavia, as mesmas ainda são marcadas pela exclusão, pela dominação e pela fragilidade perante o Estado.

Dessa forma, a importância de se compreender e sistematizar a dinâmica dos assentamentos rurais mineiros se justifica principalmente pelo fato de Minas Gerais se configurar como o primeiro estado da região Sudeste com maior número de assentamentos rurais criados ao longo dos anos.

### **POLÍTICAS NACIONAIS DE CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS**

Em 1985 Tancredo Neves foi eleito, de forma indireta, presidente da República. Porém, o mesmo não chegou a assumir o cargo devido o seu falecimento e, desta maneira, o seu vice, José Sarney assumiu o poder. A partir de então iniciou-se um processo de reorganização fundiária brasileira diante do aumento dos conflitos do campo concomitantemente a uma maior organização dos trabalhadores rurais.

Logo no primeiro ano de governo (1985) foi elaborado e lançado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cuja proposta foi “pautada pelo Estatuto da Terra

que visava o estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária. No entanto, a reação das forças anti-reformistas levou ao abandono desta idéia” (COSTA et al, 2008, p.152). Além disso, também durante seu mandato, Sarney criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) que, pelos mesmos motivos que o PNRA, não obteve grande sucesso.

Diante de pressões contrárias à reforma agrária, a exemplo da União Democrática Ruralista (UDR), o Primeiro PNRA sofreu alterações significativas, dificultando assim grande parte do processo de desapropriação. Segundo Coca e Fernandes (2008), ao se considerar a ação dos movimentos sociais de luta pela terra, o governo Sarney assentou apenas 122.699 famílias (8,76%) do total prometido.

Mesmo com apenas 12 assentamentos concluídos e efetivados, foi nesse período, mais especificadamente no ano de 1986, que se estabeleceram os primeiros assentamentos no estado de Minas Gerais. Somando todos os assentamentos foram disponibilizados cerca de 64.600 m<sup>2</sup> para a reforma agrária no estado.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello as atuações dos movimentos sociais de luta pela terra, em específico às ocupações de terra e manifestações, foram significativamente repreendidas e criminalizadas pelo Estado.

Nos primeiros cinco anos da década 1990, o quadro da estrutura fundiária brasileira pouco se alterou, mostrando nitidamente, que vastas áreas estavam sob a posse de poucos proprietários. Pode-se perceber que durante esse período, mais especificadamente nos primeiros dois anos, a questão agrária foi desconsiderada pelo

governo federal. Essa falta de comprometimento do Estado resultou na extinção de alguns órgãos e até ministérios, como foi caso do MIRAD, criado no governo anterior, que ansiava a implantação de políticas públicas voltadas para o campo.

No campo político, o então presidente Fernando Collor de Mello, cujo mandato seria de 1990 a 1994, por ter sido acusado de se envolver em graves escândalos de corrupção, foi submetido a um processo de *impeachment*, culminando a sua destituição da presidência da república em 1992, e o seu vice, Itamar Franco, assumiu o poder.

Não havendo praticamente políticas voltadas para o campo no governo do presidente impugnado, Itamar Franco fez parte de um contexto em que houve uma forte pressão para atender de maneira mais eficácia os pequenos produtores rurais e também realizar uma melhor distribuição de terras. Neste contexto, dada a intensificação da luta pela terra, o governo se viu em uma situação extrema, e foi forçado a adotar ações emergenciais como, por exemplo, a liberação de crédito para o pequeno produtor, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Porém, tal ação foi frustrada tendo em vista que o produtor deveria se ajustar às exigentes normas do mercado financeiro.

No período de quatro anos, foi assentado um pequeno número de famílias, e regularizados os assentamentos já existentes de outros governos. Como forma de inflacionar os dados soma-se os dois elementos, os assentamentos regularizados (maioria) e os assentamentos criados (minoria).

Em 1994 ocorreram novas eleições e Fernando Henrique Cardoso foi eleito

presidente. Por assumir políticas neoliberais, o país tem, novamente, mais um presidente que não se preocupava com o problema agrário brasileiro. O seu primeiro mandato foi marcado pela intensificação da luta pela terra, além da criminalização das ações dos movimentos socioterritoriais.

No primeiro ano de governo FHC, foram assentados um número considerável de famílias. Todavia, tal aumento se deu principalmente através de pressões realizadas pelos movimentos. Desta forma, o governo opta pela criação de projetos de cunho compensatório, que não melhoraria a vida do trabalhador rural e não contribuiria para solucionar o problema da concentração de terras existente.

O aumento do número dos assentamentos rurais também pode ser justificado pelas ações de regulamentação fundiária durante este governo, ou seja, ao invés de criar novos assentamentos verificou-se que no período houve a regulamentação de assentamentos antigos.

No último ano do primeiro mandato (1998), o governo federal, mediante a Lei Complementar nº 93, de 04/02/98, institui o Fundo de Terras e Reforma Agrária - Banco da Terra, e deu início a uma "reforma agrária de mercado".

Devido ao fortalecimento do Plano Real e da instituição do Banco da Terra, o preço do imóvel rural foi valorizado, o que beneficiou os grandes proprietários, pois os mesmos passaram a vender suas terras para o governo por um alto preço.

O então presidente Fernando Henrique, reeleito em 1998, deu prosseguimento às suas políticas, desconsiderando a questão agrária e fortalecendo a reforma agrária de mercado,

além de dar continuidade a criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra, agravando possíveis soluções.

Temos que,

O segundo mandato, marcado pela chamada reforma agrária de mercado de FHC, desmontou conceitos e condições para uma distribuição fundiária efetiva. Duas linhas de atuação norteavam o governo. De um lado, agressividade na implementação da política fundiária, anúncio de medidas e números, sempre, com razão, contestados. De outro, com a conivência da mídia, crítica contínua aos movimentos sociais, sobretudo o MST com os objetivos de desqualificá-los, enfraquecê-los e criminalizá-los (CARVALHO FILHO apud OLIVEIRA, 2006 p.2).

Ainda com os números de reforma agrária questionáveis e pela criminalização dos movimentos de luta pela terra, o governo de FHC, juntamente com a mídia, fazia muita propaganda sobre a reforma agrária de seu governo, considerando-a como uma das maiores reforma agrária em curso no mundo.

Foi nesse cenário que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República, no ano de 2003, com o apoio de grande parte das entidades populares de luta pela terra. Durante sua campanha, Lula apresentou um plano de metas para o setor agrário brasileiro, destacando-se, principalmente, o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária; o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e dos assentamentos de reforma agrária; o crédito rural; educação para o meio rural; o associativismo e cooperativismo entre tantas outras que, como a maioria destas citadas, não conseguiram alcançar seus marcos impostos.

Segundo Coca e Fernandes,

Enquanto no segundo governo FHC foi-se utilizada repressão como forma de conter os conflitos por terra, no governo Lula a opção foi pela adoção de uma política de assistência social. Essa assistência foi oferecida através de programas como o Bolsa Família que contém entre seus beneficiários sem-terra acampados e assentados. Esse programa que tinha o objetivo de assistir mais de 11 milhões de famílias foi um dos motivadores para que diminuíssem os números referentes às famílias sem-terra acampadas. (COCA e FERNANDES, 2008 p. 34-35).

Muitos dados foram inflados, “maquiando” assim a realidade do campesinato brasileiro. Para Oliveira (2006),

“[...] tudo indica tratar-se de reconhecimento das famílias já assentadas para fins de sua inserção nas políticas do governo, mas nunca, novos assentamentos do governo LULA. São, portanto, casos típicos de reordenação de assentamentos antigos” (OLIVEIRA, 2006, p.8).

Percebe-se, durante a análise das principais políticas nacionais de criação de assentamentos nos últimos anos, que as mesmas aconteceram de forma a não contemplar de maneira efetiva àqueles que dependem da terra para sobreviver. Porém, os movimentos sociais, através da luta, vêm conseguindo gradativamente sua territorialização e com isso buscando melhores condições de vida e de trabalho.

## **ESPACIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS (1987-2007)**

Desde a redemocratização do Estado brasileiro, em meio a obstáculos e muita luta,

foram criados, aproximadamente, 343 assentamentos no estado de Minas Gerais entre os anos de 1986 a 2007, representando cerca de 4,3 % do total dos assentamentos rurais no Brasil neste mesmo período (QUADRO 1).

Durante o mandato de José Sarney foram implantados 12 assentamentos rurais no estado de Minas Gerais, correspondendo a 2,3% do total de 516 assentamentos existentes no Brasil. Vale ressaltar que, mesmo a pouca quantidade de assentamentos, é a partir deste governo que se inicia um processo de reforma agrária, mesmo que sutil.

Já nos governos de Fernando Collor e Itamar Franco foram instituídos 13 assentamentos em Minas Gerais e 359 em todo território nacional. Desta forma, durante os anos de 1990 a 1994 foi criado apenas um assentamento a mais no estado de Minas Gerais que no período anterior e, em escala nacional, o número caiu de 516 para 369 assentamentos, mostrando assim, uma séria despreocupação do Governo Federal em manter ativa uma política de territorialização das famílias sem-terras em assentamentos.

Nos oito anos do mandato de Fernando Henrique Cardoso foram fundados 187 assentamentos rurais em Minas Gerais, o que representou 8,7% do número total de

assentamentos no território brasileiro. Apesar do significativo aumento, foi também neste período que se evidenciou a maior negligência do governo em subsidiar e incentivar o pós-assentamento além, como supracitado, também houve grande número de assentamentos regularizados, frutos de uma política do Banco da Terra.

Por fim, durante os anos de 2002 a 2007, o governo Lula instituiu aproximadamente 131 assentamentos rurais apenas no estado de Minas Gerais e um total de 2772 em escala nacional. Mesmo possuindo um número menor de assentamentos em relação ao governo FHC, é importante ressaltar que os dados do atual governo ainda encontram-se em construção, visto que no presente estudo buscamos analisar apenas os cinco primeiros anos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e suas políticas agrárias.

Com relação aos assentamentos criados nos diferentes períodos, percebe-se uma abrupta diferença existente entre os anos do governo de José Sarney, juntamente com os de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, que corresponde a oito anos, com relação aos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso e os cinco de Luiz Inácio Lula da Silva (GRÁFICO 1).

Anos	Governos	Assentamentos criados		Relação do nº de assentamentos criados em MG e no Brasil (%)
		MG	Brasil	
1985 – 1989	SARNEY	12	516	2,3
1990 – 1994	COLLOR / ITAMAR	13	369	3,5
1994 – 1998	FHC 1	102	2329	4,4
1998 – 2002	FHC 2	85	1975	4,3
2002 – 2006	LULA 1	107	2383	4,5
2006 - 2007*	LULA 2	24	389	6,2
<b>TOTAL</b>		<b>343</b>	<b>7961</b>	<b>4,3</b>
Obs: * O ano limite de obtenção dos dados foi em 2007.				

QUADRO 1 - Org.: GONZAGA, H.T.; SOUZA, L. C., 2009. Base: PROJETO DATALUTA, 2009.

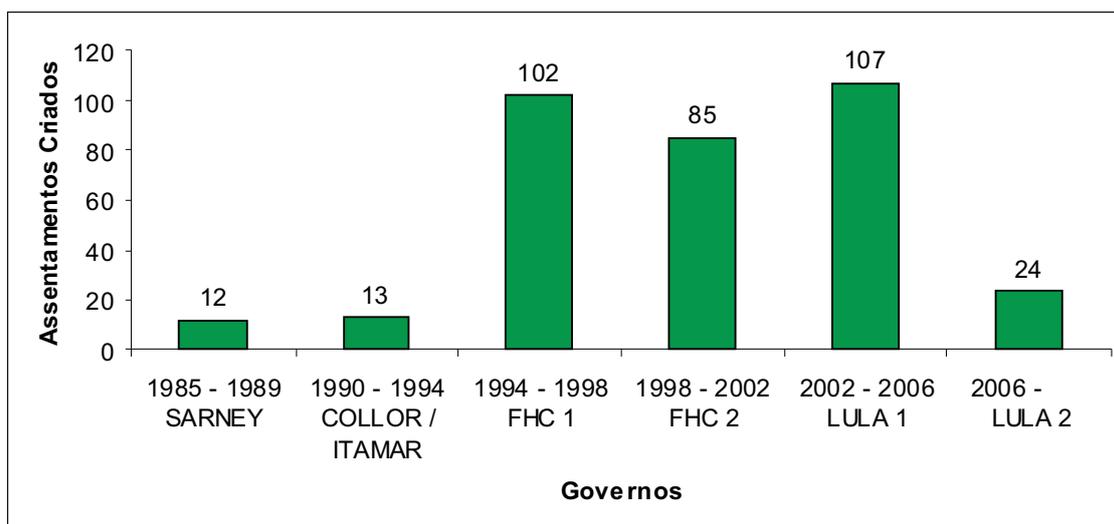


GRÁFICO 1 - Números de Assentamentos criados por governos: 1985-2006  
Org.: GONZAGA, H.T.; SOUZA, L. C., 2009. Base: PROJETO DATALUTA, 2009.

Apesar das políticas voltadas para o campo e a criação do MIRAD, além do desenvolvimento do Primeiro PNRA, no governo Sarney foram implementados assentamentos apenas nos municípios: Pedra Azul, Padre Paraíso, localizados na mesorregião Jequitinhonha; Unaí e Arinos no Noroeste de Minas; Verdelândia, Riachinho, Manga e Urucuia situados no Norte de Minas; Santa Vitória e Limeira do Oeste encontrados na mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba.

No governo Collor e Itamar os municípios e as suas respectivas mesorregiões contempladas foram: Minas Novas, Novo Cruzeiro e Senador Modestino Gonçalves (Jequitinhonha); Urucuia, Bonfinópolis de Minas, Presidente Olegário e Unaí (Noroeste de Minas); Funilândia (Metropolitana de Belo Horizonte); Jaíba, Januária e Montalvânia (Norte de Minas); Itaipé (Vale do Mucuri) e, por fim, Campo Florido (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba).

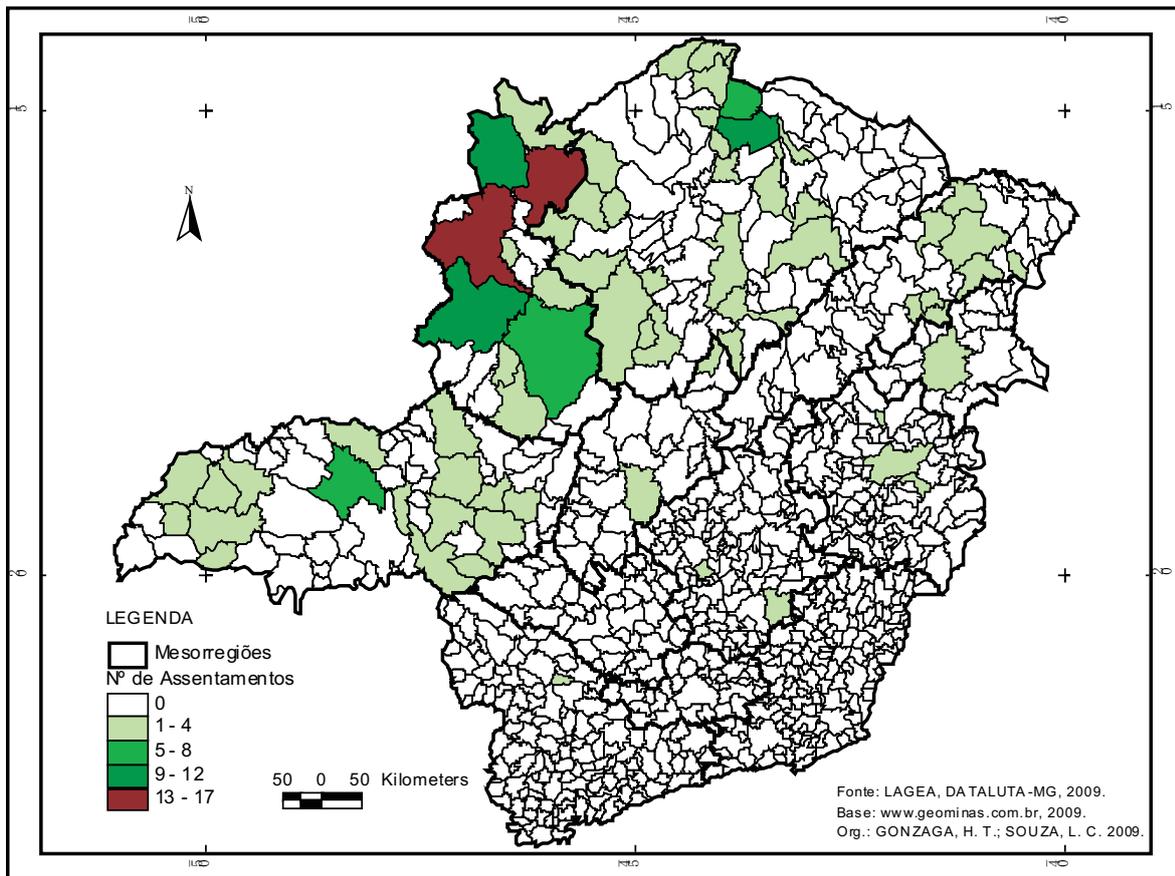
No período correspondente ao governo FHC (1994-2002) os assentamentos se concentraram nas mesorregiões do Triângulo

Mineiro/ Alto Paranaíba, com destaque para o município de Uberlândia com cinco assentamentos; na mesorregião do Noroeste de Minas, temos os municípios de Unaí, com 17 assentamentos, Arinos com 14, entre outras. O Norte de Minas, onde Jaíba é o município que apresenta o maior número de assentamentos dessa mesorregião, foram totalizados 10 projetos (MAPA 1).

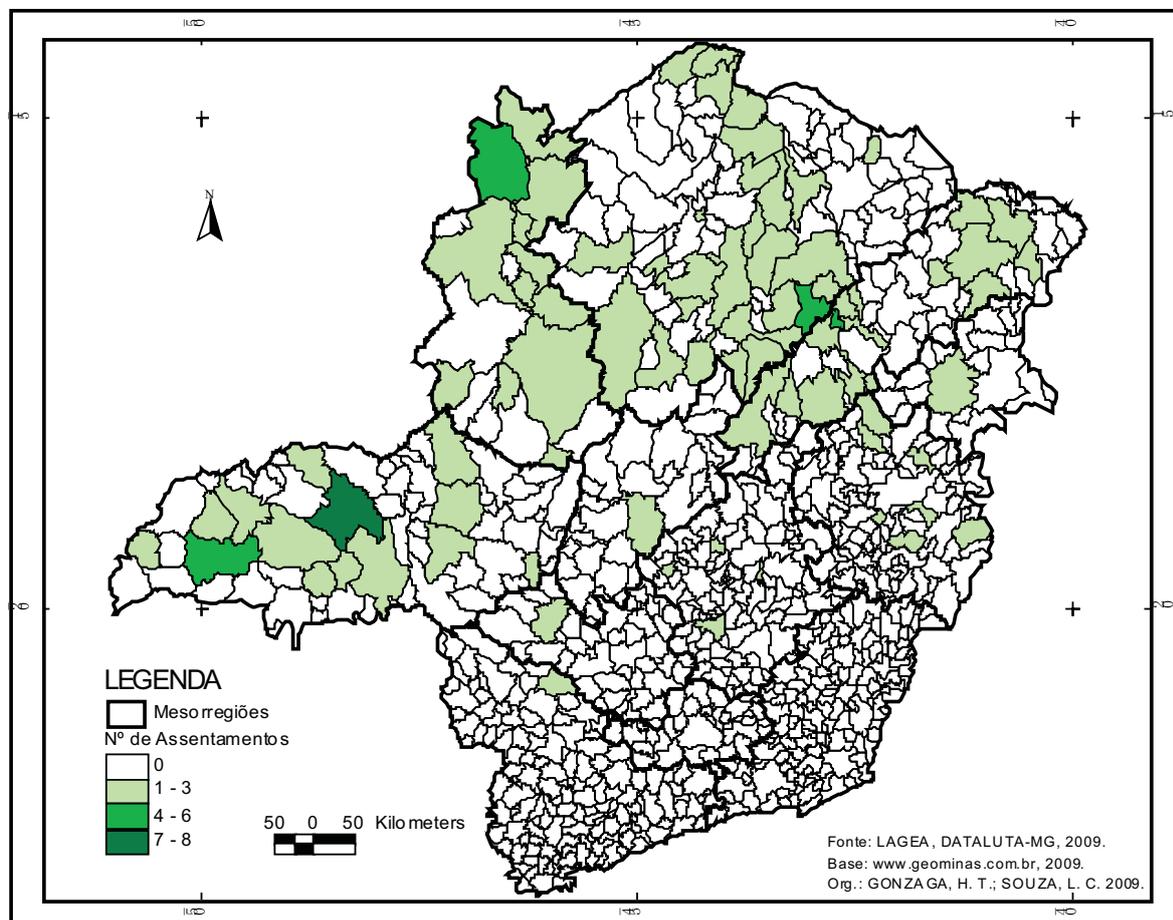
Com relação ao governo Lula, nos cinco primeiros anos, somente duas mesorregiões não receberam assentamentos, são: Campo das Vertentes e Zona da Mata. Ressalta-se que o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte e Noroeste de Minas, ainda concentraram boa parte dos assentamentos criados, porém uma nova mesorregião passa a entrar nesse cenário: o Vale do Jequitinhonha (MAPA 2).

## ESPECIFICIDADES E DESAFIOS NO PÓS-CONQUISTA DA TERRA

Ao analisarmos os assentamentos rurais criados no estado de Minas Gerais, faz-se necessária também a descrição das tipologias e as condições pelas quais os mesmos foram instituídos. A partir da sistematização dos



MAPA 1 - Número de Assentamentos criados no Governo FHC (1994-2002).



MAPA 2 - Número de Assentamentos criados nos cinco primeiros anos do governo LULA.

dados gerais dos assentamentos rurais, obtidos através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de instituições estaduais como o Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER) e do Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA), organizados por período governamental, demonstram que existem um total de 343 assentamentos no território mineiro, sendo que 303 são Projetos de Assentamentos (PA), 12 Projetos de Assentamentos Estaduais (PE) e 28 Projetos de Reassentamentos de Atingidos por Barragens (PRB). Desta forma, é importante para efeito do presente estudo,

[...] se levar em conta igualmente condições regionais e as relações heterogêneas que se fazem presentes na maneira de viver e de produzir no campo. Uma rede de diversificações em função de fatores externos (como a base natural/ambiental e a economia regional) quanto de fatores intrínsecos aos assentamentos, referentes à concepção do mundo dos trabalhadores, a sua trajetória, sua experiência político-organizativa passa a ser constitutiva de qualquer avaliação dessas experiências. Além disso, o movimento das famílias no interior dos projetos, exclusões, abandono, arrendamento dos lotes, alterações dos ocupantes, irregularidades envolvendo vendas de lotes expressam uma dinâmica difícil de ser captada por metodologias sustentadas unicamente por indicadores quantitativos (BERGAMASCO e FERRANTE, 2005, p.81-82).

No entanto, a discussão sobre reforma agrária e a realidade dos assentamentos rurais não se esgota apenas sobre o quantitativo de projetos criados ao longo dos anos e suas tipologias, mas sim nas reflexões e propostas

acerca das alternativas de desenvolvimento dessas áreas, sua organização interna, mediante vários aspectos, associados ao processo produtivo, organização social, recursos naturais etc., bem como a sustentação e consolidação dos projetos no decorrer dos anos. Assim,

Os assentamentos tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalam, muitas vezes caracterizada por uma agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, mudanças tecnológicas, refletem-se na composição da receita dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional. (MEDEIROS e LEITE, 2001, p.16)

No caso de Minas Gerais, a diversidade no que tange a organização dos assentados e produção agrícola são aspectos marcantes. De acordo com o INCRA-MG, em cada região do Estado às atividades produtivas desenvolvidas apresentam suas especificidades. Porém, a atividade pecuária ainda é a predominante, tanto a leiteira como a de corte. Na pecuária leiteira pode-se citar como exemplo o P.A. 26 de Outubro em Pompéu e o P.A. Fruta D'Danta em João Pinheiro e alguns PA's do município de Lagoa Grande que, apesar de possuírem problemas e dificuldades inerentes aos assentamentos de reforma agrária, sobressaem-se pelo volume da produção.

Nos municípios de Paracatu e Prata (P.A. José dos Anjos) destaca-se o artesanato,

principalmente a partir da união das mulheres assentadas. Outro exemplo são os assentamentos localizados em Grão Mogol e Nova União que produzem com qualidade plantas medicinais e sementes crioulas. Estes estão inseridos nas mesorregiões Norte e Jequitinhonha respectivamente e apresentam famílias de trabalhadores rurais com maior perfil para a atividade agrícola, sendo normalmente oriundas do meio rural, possuindo assim um saber e conhecimentos tradicionais (INCRA, 2008).

Já as mesorregiões do Triângulo/Alto Paranaíba, apresentam um perfil mais heterogêneo de famílias quanto a sua origem e experiência anterior, consistindo de trabalhadores vindos do meio rural como de origem urbana. Os assentamentos desta região não sofrem com a mesma intensidade os efeitos da seca prolongada, como os do Norte de Minas, embora a disponibilidade de água seja sempre um fator a ser priorizado. Os PA's do Triângulo Mineiro apresentam ainda um quadro mais conflituoso, demandando sempre mais esforços do INCRA para tentar resolver os problemas relacionados à situação ocupacional, à assistência técnica, a créditos etc.

Desta forma, podemos perceber que, mesmo após a conquista da terra, a luta dos movimentos não termina. Além de enfrentarem a falta de infra-estrutura e de apoio público, os assentados também defrontam-se com a expansão do agronegócio, culminando assim em um processo de disputa territorial formado por intensa conflitualidade.

Outra dificuldade no pós-conquista da terra, que deve ser destacada, é a violência sofrida por muitos assentados, mesmo após a

criação do assentamento. Por meio das pesquisas qualitativas em fontes da mídia de Minas Gerais, organizadas no Banco de Dados de Reportagens de Minas Gerais, é possível encontrar diversos registros de perseguições a trabalhadores e conflitos fundiários, como mostra a reportagem do portal Web Minas.

Mesmo diante de tantos embates e conflitos, os assentamentos rurais vêm se reorganizando e se reterritorializando de maneira a construir novas perspectivas no que tange, principalmente, a produção de alimentos através da agricultura familiar como foi retratado nos dados do novo Censo Agropecuário de 2006. De acordo com Fernandes (2009 p. 3), "o Censo 2006 mostra a importância da agricultura camponesa ou familiar na produção de alimentos ao mesmo tempo em que revela a concentração de terras em poder do agronegócio". Tal afirmação pode ser verificada na reportagem noticiada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que apresenta a importância dos alimentos produzidos em assentamentos em Minas Gerais para o abastecimento de escolas.

Apesar de terem consciência de todos os problemas que serão enfrentados, os movimentos não desistem da luta por uma reforma agrária que, de fato, contribua para a desconcentração tanto de renda quanto fundiária e, dessa forma, a cada nova terra conquistada conquista-se também mais força, confiança e novas perspectivas que os impulsionam a continuar no combate às injustiças no campo.

The screenshot shows the website interface with a navigation bar at the top containing 'Home | Expediente | Fale Conosco' and a search bar. The main content area features a sidebar on the left with various news categories like 'Política', 'Esportes', 'Economia', etc. The main article is titled 'Uma pessoa morre e outra fica ferida em tiroteio em assentamento do MST' and is dated '15/04/2009 - 09:58'. The article text describes an incident in the Pampulha region of Belo Horizonte, where a settlement was invaded by MST members, resulting in a death and an injury. A 'LIDAS' box on the right lists three related news items. At the bottom, there is a 'MAIS NOTÍCIAS' section with a list of recent news items and their timestamps.

Fonte: [http://www.jornalwebminas.com.br/minas\\_noticia.php?noticia=24160](http://www.jornalwebminas.com.br/minas_noticia.php?noticia=24160). Acesso: 16 abr. 2009.

## CONCLUSÃO

Em suma buscamos compreender como se dá a espacialização dos assentamentos rurais no estado de Minas Gerais entre os anos de 1985-2007, além de analisar as especificidades e principais características dos assentamentos mineiros, bem como os novos desafios que os trabalhadores rurais assentados enfrentam no pós-conquista da terra como a dificuldade de se estabelecerem

como agricultores familiares frente à expansão do agronegócio e as perseguições sofridas mesmo tendo a posse da terra.

Além disso, foi possível analisar em Minas Gerais o reflexo das políticas públicas adotadas pelos diferentes governos em relação à criação e efetivação dos assentamentos através, principalmente, de sua espacialização, mostrando as áreas prioritárias de criação, como é o caso das mesorregiões Norte,

Home Fale Conosco Arrecadação Intranet Webmail Licitações Contribuição Sindical Mapa do Site

**CONTAG**

Apresentação Documentos Estrutura Secretarias Mobilizações Enfoc Comunicação Serviço Links

> DESTAQUES  
ANO: 2009

Jan	Fev	Mar	Abr
Mai	Jun	Jul	Ago
Set	Out	Nov	Dez

BUSCA DE NOTÍCIAS

Assunto  Data

BUSCAR

Volta Imprimir Enviar

### :: Assentamentos de Minas garantem alimentos para as escolas

30/03/2009

Uma parceria com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal, está mudando a realidade de muitos assentados do noroeste de Minas Gerais. Pelo menos 239 assentamentos da região já forneceram para o projeto cerca de 1,7 mil toneladas de alimentos, que são destinados para escolas públicas.

A parceria garante a permanência de muitos trabalhadores rurais no campo e maior renda a eles. "Essa ajuda aos assentamentos é fundamental. Se um assentamento já começa com uma parceria dessas, os assentados já têm para quem comercializar os produtos", explica o presidente da Associação do Projeto de Assentamento Jambeiro, Roberto Oliveira, que vive no município de Paracatu.

A expectativa é aumentar a produção este ano, segundo Oliveira. Os agricultores familiares estão entusiasmados com o projeto e melhorando a qualidade dos produtos oferecidos. "Por meio da parceria com o programa, a renda está garantida e o produtor não tem a preocupação de buscar mercado".

Já foram investidos R\$ 2,1 milhões para que os assentamentos fornecessem leite, verduras, carne, farinha, arroz e mel para as escolas públicas mineiras. O programa existe há seis anos e tem como objetivo adquirir produtos da agricultura familiar para creches, escolas e asilos. Os alimentos são adquiridos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Quem quiser participar, deve apresentar um projeto à Conab e aguardar aprovação.

**Fonte:** Danielle Santos. Agência Contag de Notícias

ENFOC  
ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE AMBIENTAL

CONAE 2010

BUSCAR

Vai

Assessoria de Comunicação SMPW Quadra 1 Conjunto 2 Lote 2 Núcleo Bandeirante CEP: 71.735-112, Brasília/DF (61) 2102 2288 | Fax (61) 2102 2299 | E-mail [contag@contag.org.br](mailto:contag@contag.org.br) Webmaster

Fonte: <http://www.contag.org.br>. Acesso: 30 mar. 2009

Noroeste de Minas e Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba.

Esta concentração de assentamentos, nas respectivas áreas supracitadas, explica-se pela grande atuação de movimentos socioterritoriais realizando diversas manifestações e ocupações de propriedades rurais que, ao longo do tempo, não vem exercendo seu papel social e produtivo.

Outro fator que contribui para o expressivo número de assentamentos criados é o fato destas mesorregiões se configurarem como áreas de expansão da fronteira agrícola no estado, possuindo também maior concentração fundiária.

Contudo, mesmo ocupando uma

posição de destaque entre os demais estados da região Sudeste, o número de assentamentos existentes em Minas Gerais está muito aquém da real demanda e necessidade da efetivação de políticas de reforma agrária que contribuam para melhorar a quantidade e, principalmente, qualidade dos assentamentos rurais mineiros.

### NOTAS

<sup>i</sup> Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e bolsista de Iniciação Científica FAPEMIG do Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA  
Email: [lulukaitba@gmail.com](mailto:lulukaitba@gmail.com)

<sup>ii</sup> Graduando em Geografia pela Universidade

Federal de Uberlândia e bolsista de extensão PROEX do Laboratório de Geografia Agrária – Lagea Email: [gonzaga.ht@gmail.com](mailto:gonzaga.ht@gmail.com)

<sup>iii</sup> Professor Doutor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do projeto de Iniciação Científica: Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA-MG Email: [jcleps@ufu.br](mailto:jcleps@ufu.br)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSENTAMENTOS de Minas garantem alimentos para escolas. CONTAG, Brasília. 30 mar. 2009. <[www.contag.org.br](http://www.contag.org.br)>. Acesso: 30 mar. 2009.

COCA, E. L. F.; FERNADES, B. M. . *A atualidade da questão agrária brasileira: uma discussão sobre os conceitos de reforma agrária e sobre a tipologia de assentamentos rurais*. Reforma Agrária, v. 35, p. 21-40, 2008.

BOMBARDI, L. M. *O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.

COSTA, L.F.C.; (Org.) *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Seropédica, 2008.

FERNANDES, B. M. *Censo agropecuário de 2006: um marco da disputa territorial entre campesinato e agronegócio*. Boletim Dataluta, p. 2 – 3, outubro de 2009, número 22.

\_\_\_\_\_. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

HEREDIA, B. (Org.) *Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil*. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 18, p. 73-111, 2002.

INCRA-MG. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Gerenciamento*

*da Estrutura Fundiária Brasileira*. 2005 a 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2009

LEITE, S. et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Unesp, 2004.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. *Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos e região*. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br>>. Acesso em: 18 set. 2009.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MENDES, D. Protesto de assentados interrompe a BR-497. *Correio*, Uberlândia. 18 set. 2008. Caderno Cidade, p.14.

OLIVEIRA, A. U. *A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula*. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da Reforma Agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G. *A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. p.4 – 38.

SPAROVEK, G. (Org.). *Análise territorial da produção dos assentamentos*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2005.

STEDILE, J. P. (org). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 3 vol.

SUZUKI, J. C. (Org.); FERNANDES, B. M. (Org.); MARQUES, M. I. M. (Org.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1.

UMA pessoa morre e outra fica ferida em tiroteio em assentamento do MST. *Jornal Web Minas*, Belo Horizonte. 15abr. 2009. <[www.jornalwebminas.com.br](http://www.jornalwebminas.com.br)>. Acesso: 16 abr. 2009.

---